

A Responsabilidade Internacional

Abdel Monem Said Aly

Poderá Ariel Sharon fazer a paz com os palestinos? A perspectiva optimista diz que o novo Primeiro-ministro de Israel vai limitar-se a estabelecer objectivos mais modestos que os do seu antecessor e a negociar um entendimento transitório. Mas os que olham com maior preocupação para o futuro estão convencidos de que a chegada ao poder de Sharon marca o fim de uma era de moderação no Médio Oriente e que uma escalada de violência é agora inevitável.

A escolha de Ariel Sharon para primeiro-ministro de Israel e a esmagadora vantagem que obteve nas eleições de 6 de Fevereiro, que as sondagens de opinião aliás anunciavam, não causou surpresa. O velho general e novo primeiro-ministro passou a fazer parte dos termos em que se equaciona a região do Médio Oriente para quantos directa ou indirectamente a ela estão ligados. Tal como a presidência da União Europeia, todos manifestaram a esperança de que Sharon dê continuidade ao "contributo para alcançar uma paz justa e duradoura" na região. Mas nada, nem no seu passado nem nas suas posições recentes, permite esperar de Sharon que concretize essas esperanças, tanto mais que a sua eleição indica uma nova viragem dos israelitas, que em menos de dez anos mudaram seis vezes de ideias e viraram agora à direita ou mesmo à extrema-direita.

Sharon conseguiu por fim, com base em três posições fortes, o lugar a que aspirou durante grande parte da sua carreira e que o eleitorado repetidamente lhe negou. Primeiro, defendendo que a paz entre Israel e os países árabes não é possível, e menos ainda com os palestinianos. Israel deverá quanto muito estabelecer novos acordos transitórios que permitam aos palestinianos implantar um Estado em 43% da Cisjordânia. Tudo o mais terá de esperar por demoradas negociações, e os palestinianos terão de mostrar que merecem todas as outras concessões que Israel se disponha a fazer. Ficarão definitivamente fora do que é negociável a retirada israelita do vale da Jordânia ocidental, todos os colonatos sem excepção e a discussão sequer da questão dos refugiados, bem como de Jerusalém, a una e eterna capital de Israel.

Segundo, propondo o restabelecimento da dissuasão militar israelita, cuja credibilidade foi abalada pela retirada unilateral do Líbano, perante a resistência libanesa, e pela actual resistência palestiniana a que se convencionou chamar "intifada". Ou seja, sem lhes infundir o temor do poder militar israelita, Israel não pode dar por garantido o sucesso na negociação com os árabes.

Em terceiro lugar, sustentando que há que moderar as expectativas dos palestinianos. Na última fase das negociações conduzidas pelo Governo de Ehud Barak, em Camp David e depois em Taba, Israel levou a sua generosidade longe demais, e as expectativas palestinianas atingiram um tal ponto que não podem ser satisfeitas e a paz alcançada sem comprometer as exigências fundamentais e as necessidades de segurança de Israel.

Partindo destas três posições, não é possível levar a bom termo o processo de paz. A ocupação militar dura há tempo de mais, e causa tais sofrimentos entre os palestinianos, que não é tolerável continuar a protelar indefinidamente o direito à autodeterminação. Os palestinianos estão dispostos a morrer pela liberdade. Nos últimos quatro meses, as forças israelitas, incomparavelmente superiores, fizeram mais de 400 mortos e milhares de feridos entre os palestinianos. Mais ainda, não se pode pretender alcançar a paz usando o medo como arma. E uma potência colonial não pode afirmar-se disposta a descolonizar e restabelecer para isso o poder militar

sem causar maior derramamento de sangue. Enfim, as expectativas dos palestinos não podem considerar-se desmesuradas, quando aceitaram negociar a devolução de 22% do território que foi atribuído à Palestina pela resolução de partilha adoptada pelas Nações Unidas em 1947, deixando os outros 78% a Israel. E no entanto são estas três posições, que os israelitas aceitaram pelo voto, que vão provavelmente ditar a actuação de Sharon. A sua primeira missão será esmagar a intifada palestina através do emprego maciço de meios militares. Tão próximos estão os territórios palestinos e a população palestina dos colonatos, que a guerra sangrenta de Sharon no Líbano em 1982 irá talvez parecer um passeio inofensivo. E não terá pejo em estender as operações militares à região, a crer nas afirmações de Avigdor Lieberman, parlamentar e muito próximo de Sharon, segundo o qual Israel não hesitaria em bombardear Teerão ou a barragem de Assuão.

A segunda missão de Sharon será camuflar com um discurso de paz o restabelecimento da credibilidade do poder militar israelita. Não falta já quem lembre que a direita e os líderes fortes são capazes de fazer a paz, citando De Gaulle e a Argélia, Nixon e a China, Begin e o Egipto. Sharon, que não se quer parecer com nenhum deles, declarou já que as negociações não seriam retomadas no ponto em que foram deixadas em Taba, em fins de Janeiro. O Governo trabalhista cessante, que as conduziu, deu o seu assentimento, e os Estados Unidos idem. Todas as partes regressam pois à estaca zero.

A terceira missão de Sharon será a tentativa de exportar a crise com os palestinos, que seguramente irá agravar-se, aos países árabes vizinhos mais vulneráveis, designadamente a Jordânia e o Líbano. Sharon tem toda a vantagem em mostrar ao mundo que a ocupação israelita dos territórios árabes não é o único factor de perturbação no Médio Oriente. Se a isso juntar o afastamento dos Estados Unidos, e seguramente da Europa, das negociações, Israel poderá desenvolver sem obstáculos a sua estratégia. Tantos os americanos como os europeus acusam fadiga diplomática no Médio Oriente. O governo de George W. Bush, depois da experiência de Clinton, tarda em reavaliar a situação.

Há no entanto, felizmente, outros obstáculos à estratégia de Sharon, e a composição da coligação governamental é um deles. Se vier a incluir o Partido Trabalhista, como tudo indica, ser-lhe-á difícil ignorar por completo os progressos feitos em Camp David e em Taba. Uma coligação formada exclusivamente por partidos de extrema-direita seria demasiado fraca para resistir a pressões internas e externas. Recorde-se que 40% dos israelitas se abstiveram nestas eleições (mais 20% que em 1999), em parte por rejeitarem Sharon, o que modera a amplitude da sua vitória.

Mais, embora os israelitas não tenham ainda chegado ao ponto de aceitar um compromisso justo com os palestinos assente no princípio da cedência de território ocupado a troco da paz, estão no entanto muito à frente das posições defendidas por Sharon. A opinião pública internacional, depois do Kosovo e da Bósnia, não tolerará outras tentativas de limpeza étnica ou massacres como os de Sabra e Shatilla. Por último, o novo governo americano não pode alhear-se indefinidamente do Médio Oriente, não apenas pelo enorme investimento estratégico, político e económico que representa, como porque a prioridade que atribui à região do Golfo não é sustentável sem a colaboração dos países árabes, que por sua vez depende de novas iniciativas americanas no Médio Oriente. Washington está perfeitamente ciente da força do apoio popular, nos países árabes, à resistência palestina contra a ocupação israelita.

Todas as partes interessadas no conflito do Médio Oriente optaram por dar a Sharon o benefício da dúvida. A Autoridade Palestina e os países árabes declararam-se dispostos a negociar, e Bush comunicou a Sharon que os Estados Unidos estavam prontos a "colaborar estreitamente" com o seu Governo. Na mesma linha se pronunciou a União Europeia, que afirmou ainda "que o progresso feito em todas as grandes questões durante as últimas negociações deve servir de base a novas conversações sobre o estatuto permanente".

Esta posição de abertura deixa a Sharon ampla escolha em termos de opções pela paz. Se enveredar por esse caminho, as negociações de paz serão possíveis. No entanto, o benefício da dúvida não pode durar eternamente, nem ignorar todas as dúvidas que o seu passado e os pressupostos da sua estratégia inevitavelmente suscitam. Dada a situação no Irão, no Iraque, e na Argélia, uma nova guerra semelhante à do Líbano provocaria inevitavelmente uma crise de grandes proporções no Médio Oriente, com prejuízo dos interesses ocidentais na região e a desestabilização dos países árabes moderados.

Se Sharon não corresponder ao apelo da União Europeia, então aos Estados Unidos, aos países árabes, à Europa, não restará outra alternativa se não isolar Sharon e tentar persuadir os israelitas a mudar mais uma vez de ideias, e desta vez no bom sentido, o da paz. E aos palestinianos não restará outra alternativa se não continuar a lutar pela liberdade.